

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA
E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 106ª REUNIÃO**

Data: 19 de agosto de 2015.

Local: Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério da Integração Nacional: Cristiano Zinato (cristiano.zinato@integracao.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Mirela Garaventta (mirela.garaventta@mma.gov.br);

Ministério das Minas e Energia: Luís Mauro Gomes Ferreira (luis.ferreira@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais - MG/ES: Thiago Figueiredo Santana

(thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: Ellen Kenia Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br);

Conselhos Estaduais - SP/RJ: Celia Regina B. P. Poeta (cpoeta@sp.gov.br);

Conselhos Estaduais - DF/PR: Waldir F. dos Santos (waldirfabricio@aguasparana.pr.gov.br);

Conselhos Estaduais – RN/AL: Gláucia Regina Luz X. da Costa (glauciareginaluz@gmail.com);

Conselhos Estaduais - AM/PA: Luciene Mota de Leão Chaves (luciene.mlc@gmail.com);

Irrigantes: Ausente;

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Magali

Scarpelini de Menezes (mscarpelini@sabesp.com.br); Paulo Roberto da Veiga Franco

(pfranco@sanepar.com.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Jean de Carvalho Breves

(jean@cemig.com.br);

Indústria: Claudia Salles (claudia@ibram.org.br);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de

Freitas Silva (jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br);

Organizações não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça

(fonascbbh@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jussara Cabral Cruz (jussara.abrh@gmail.com).

DEMAIS PRESENTES:

Vitor Guimarães Marques (vitor.marques@adasa.df.gov.br);

Pedro Emílio Pereira Teodoro (pedro.teodoro@integracao.gov.br);

Mariah Sampaio (mariah@umbelino.com.br).

RELATORIA CTPOAR: Anderson Bezerra (anderson.bezerra@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura/Informes: A presidente da CTPOAR, **Sra. Ellen Pantoja**, deu as boas vindas aos presentes e iniciou a 106ª reunião da câmara técnica, informando que no dia anterior ocorreu a reunião do Grupo de Trabalho sobre gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais. Após, passou para o Item 02 - Aprovação das atas das 104ª e 105ª reuniões da CTPOAR: a ata da 104ª foi aprovada sem alterações. A ata da 105ª foi aprovada com alterações. Item 03 - Discussão para adequações no texto da proposta de Resolução CNRH que “estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências”: a **Sra. Ellen Pantoja** comentou que foi enviado aos conselheiros um ofício

52 solicitando contribuições para a proposta de resolução, e como proposta de encaminhamento para a
53 discussão, propôs que fossem analisadas as contribuições da ANA, da Indústria e do Saneamento,
54 conforme a ordem de recebimento pela Secretaria Executiva. A **Sra. Claudia Salles** comentou que a
55 **Sra. Patrícia Boson**, conselheira das Indústrias, que se pronunciou no Plenário contra a proposta de
56 resolução, não pôde estar presente na reunião da CTPOAR, e solicitou que a mesma tivesse a
57 oportunidade de apresentar o posicionamento da Indústria via Skype, já que a Sra. Patrícia vem
58 acompanhando a discussão da matéria desde o início. Como todos os presentes concordaram, ficou
59 decidido que a ANA apresentaria primeiramente suas recomendações para a norma, e às 10h00 a Sra.
60 Patrícia Boson apresentaria as contribuições da Indústria via Skype. Após, o **Sr. Luiz Henrique**
61 **Pinheiro Silva** (ANA) comentou que a ANA aproveitou a oportunidade para propor outras
62 contribuições para a norma, e cada proposta foi apresentada com a devida justificativa. Reafirmou
63 que a ANA considera uma boa proposta de resolução, mas que necessita de aperfeiçoamentos que
64 estão sendo propostos nesta oportunidade. Quanto à proposta de modificação do **art. 8º**, substituindo
65 o “*deverá*” por “*poderá*”, a maioria dos membros concordaram com a alteração, com a justificativa
66 que as autoridades outorgantes poderão emitir outorga para cada interferência ou para um conjunto
67 de interferências, aplicando os critérios de uso de pouca expressão para cada interferência ou para o
68 empreendimento como um todo. A ANA explicou que está mudando seu sistema de outorga, de
69 análise de empreendimento para análise por interferência em corpos hídricos. A partir daí os critérios
70 específicos de usos de pouca expressão serão aplicados para cada interferência analisada. O **Sr.**
71 **Paulo Roberto da Veiga Franco** (Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e
72 Esgotamento Sanitário) e o **Sr. João Clímaco** (ONGs) colocaram que não concordam com a
73 alteração, pois deixará uma abertura para não ser realizada a outorga cumulativa de empreendimentos
74 que possuem várias outorgas consideradas insignificantes, e que, quando somadas, podem se tornar
75 significativas. Para o **art. 10**, a ANA propôs modificação na redação, justificando que pode haver
76 usuários de recursos hídricos cujas captações superem critérios específicos de vazões insignificantes;
77 portanto as captações seriam expressivas, mas que, segundo análise de balanço hídrico, não
78 impactariam outros usuários existentes, devido ao caráter de curta duração, podendo ser considerados
79 como independentes de outorga. Após esta justificativa todos aprovaram a alteração. Já para o **art.**
80 **11**, a proposta da ANA foi a exclusão de todo artigo, justificando que os usos de recursos hídricos
81 com a finalidade de atendimento a situações emergenciais de interesse público remetem a um “estado
82 de exceção” em que não cabe, a princípio, enquadrar como uso outorgável ou que independa de
83 outorga. Essas situações requerem uma avaliação da sua duração, sua finalidade de uso, dos
84 quantitativos envolvidos e da condição de criticidade do corpo hídrico a ser utilizado, além da própria
85 definição do que venha a ser interesse público, sugerindo levar este artigo para outra resolução do
86 CNRH mais pertinente ao assunto. Após breve discussão dos membros, e concordando que ainda
87 existem dúvidas sobre a abrangência do **art. 11**, foi decidido pela exclusão do mesmo, e retomada
88 deste assunto em uma resolução ou moção específica. Quanto ao **art. 12**, a ANA sugeriu a
89 eliminação do § 1º, considerando desnecessário, tendo em vista que não há necessidade de
90 regulamentar metodologia de realização do cadastro, além do texto proposto dar margem de
91 interpretação aos órgãos gestores que poderão adotar sistema de cadastro distintos do CNRH, sem
92 garantia da integração das bases de dados conforme a resolução CNRH nº 126, de 2011. Com essas
93 explicações, a maioria dos membros decidiu pela retirada do § 1º do art. 12. Após essas alterações
94 propostas pela ANA, passou-se para as observações enviadas pela Indústria, primeiramente através
95 da Conselheira **Patrícia Boson**, que participou da reunião através do Skype. Ela expôs o
96 entendimento da Indústria sobre a proposta de resolução, destacando que a questão de usos
97 insignificantes deve ser definida localmente, através dos comitês de bacias hidrográficas, além de
98 haver a Resolução CNRH nº 16/2001 que define que os critérios específicos de vazões ou
99 acumulações de volumes de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de
100 recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou, na
101 inexistência destes, pela autoridade outorgante. Desta forma, se a proposta de resolução for levada a
102 diante, a Resolução CNRH nº 16/2001 deverá ser alterada, e por isso, não é necessária para o sistema

de gestão de recursos hídricos, pedindo aos membros que refletissem sobre essas colocações, lembrando que a indústria não faz usos considerados insignificantes, não havendo defesa de interesse por parte do segmento. Um terceiro ponto destacado pela Sra. Patrícia Boson foi que vários estados já estabeleceram valores de vazão para usos insignificantes em várias bacias, ou por meio de seus conselhos estaduais ou pelos próprios comitês em seus Planos de Bacias. Por último, apontou incompatibilidade com a Resolução CONAMA nº 430/2011. Depois de colocadas as observações gerais da Indústria, a palavra foi passada para a **Sra. Magali Scarpelini de Menezes** (Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário), que também apontou incompatibilidade com a referida Resolução CONAMA, sugerindo a retirada do art. 7º da proposta. **Sra. Ellen Pantoja** comentou que a Resolução CNRH nº 16/2001 apenas define critérios gerais para vazões passíveis de outorga, determinando que as vazões que independem de outorga sejam cadastradas, mas em nenhum momento dita quais as premissas para se determinar as vazões que independem de outorga. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** comentou que a proposta de resolução consolida os conceitos estabelecidos na Resolução CNRH nº 16/2001, e compartilha experiências de órgãos gestores com todo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, tanto que a proposta é corroborada pelos órgãos gestores. Sobre a referida incompatibilidade do art. 7º com a CONAMA nº 430/2011, o Sr. Luiz Henrique comentou que não existe incompatibilidade, pois o CONAMA versa sobre as cargas em um determinado trecho do corpo hídrico, enquanto que o sistema de recursos hídricos trabalha com o conceito sistêmico, para toda a bacia hidrográfica. A **Sra. Gláucia Regina Luz** (Conselhos Estaduais – RN/AL) comentou que, na visão do órgão gestor, a proposta de resolução é importante para dar maiores subsídios para a tomada de decisão, tanto que o órgão gestor do RN observou na proposta uma série de itens que o estado não leva em consideração em sua resolução que define usos considerados insignificantes. Esta opinião foi corroborada pelas **Sras. Celia Regina B. P. Poeta** (Conselhos Estaduais - SP/RJ); **Luciene Mota de Leão Chaves** (Conselhos Estaduais - AM/PA) e **Jussara Cabral Cruz** (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa). O **Sr. Thiago Figueiredo Santana** (Conselhos Estaduais - MG/ES) colocou que a norma irá estabelecer diretrizes para que o comitê atue como gestor de recursos hídricos, e impeça que usos expressivos de recursos hídricos sejam considerados insignificantes por falta de orientação. Feitas estas considerações, os membros decidiram continuar com as discussões item por item. No entanto, como a Indústria apresentou questões gerais sobre a norma, foi decidido que na próxima reunião o segmento irá apresentar as contribuições específicas, artigo por artigo. Foi colocado em votação se a CTPOAR aceitaria ou não as contribuições dos segmentos que não se manifestaram no prazo estabelecido no Ofício Circular nº 10/2015/GAB/SRHU/MMA. O **Sr. João Clímaco** comentou que o seu segmento não apresentou as contribuições no tempo estabelecido, mas solicita que possa apresentá-las na próxima reunião, pois aguarda um parecer que estar sendo desenvolvido, relatando contribuições nos artigos 6º, 7º e 8º. Como resultado da votação foi decidido pela maioria dos membros que apenas o FONASC e a Indústria apresentarão as contribuições na próxima reunião, visando dar celeridade no processo de revisão da norma. O período da tarde iniciou com as contribuições do setor de saneamento. Como algumas sugestões convergiam com as alterações sugeridas pela ANA, as discussões versaram basicamente no rearranjo dos artigos e algumas complementações no texto para dar maior clareza e entendimento à norma. O art. 12 foi excluído, e foi inserido um novo art. 2º e seu Parágrafo Único. Como não houve consenso sobre algumas propostas do setor de saneamento, como por exemplo, no art. 6º, substituindo o “*poderá definir*” por “*definirá*”, ficou decidido que na próxima reunião a discussão continuará para rever a redação deste e outros artigos (artigos 5º, 7º e 13). *Item 4 – Proposta de Resolução que “estabelece critérios para a outorga sazonal de direito de uso de recursos hídricos para a finalidade de irrigação” – encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional – Secretaria Nacional de Irrigação:* O **Sr. Pedro Emílio Pereira Teodoro** (Ministério da Integração Nacional - MI) tomou a palavra para explicar que a proposta de resolução de outorga sazonal é uma demanda antiga do setor de irrigação para o MI. Comentou que existem vários estudos que demonstram que a outorga sazonal apresenta-se como um uso mais racional da água na agricultura, pois ao utilizar as vazões mínimas como base

para outorga em períodos chuvosos, há uma perda significativa de potencial hídrico durante os períodos de maior disponibilidade hídrica. Segundo ele, o MI mandou uma proposta voltada para o setor de irrigação, mas não só para esta, e sim para os outros seguimentos do setor produtivo e de saneamento, na qual a outorga sazonal parece ser uma alternativa mais viável, dividindo o ano hidrológico de acordo com as vazões mínimas de referência do período chuvoso e do período seco. Assim, abre a possibilidade de o segmento guardar água que está em abundância no período chuvoso, para assegurar sua produção durante o período seco. O **Sr. Thiago Figueiredo Santana** (Conselhos Estaduais - MG/ES) sugeriu que a CTPOAR convidasse o Professor Fernando Pruski, da UFV, para fazer uma apresentação sobre o que é outorga sazonal e quais seriam os impactos no setor usuário, para assim, nivelar o conhecimento sobre o assunto e melhor encaminharmos a análise desta pauta. Sugeriu também a realização de um seminário, similar ao que foi feito para outorgas em bacias críticas. A **Sra. Jussara Cabral Cruz** (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa) comentou que trabalhou nesta questão em sua tese de doutorado, com um estudo de caso no Rio Grande do Sul, se disponibilizando em fazer também uma apresentação na CTPOAR. Comentou ainda que participou de várias redes de pesquisa, uma delas sobre a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e a relação entre a cobrança, outorga e enquadramento, constituindo em trabalho de 3 anos com a participação de várias instituições. Desta pesquisa foram tiradas diretrizes para a utilização desses instrumentos no Aquífero Guarani e outro aquífero na Paraíba, com características bem distintas. Esta rede de pesquisa foi coordenada pela Professora Márcia Ribeiro, de Campina Grande – PB, que também pode ser chamada para apresentar esta pesquisa na CTPOAR. A **Sra. Ellen Pantoja** comentou que é importante que os estados avancem com outorga sazonal, não somente para a agricultura. Por outro lado, a Resolução CNRH nº 16/2001 definiu critérios gerais para a outorga de recursos hídricos, e caberia aos Conselhos Estaduais definirem os critérios específicos, como a outorga sazonal. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** falou que um dos principais avanços que deve haver no sistema nacional de recursos hídricos é a utilização de vazões sazonais. Mas existem alguns paradigmas, como a variabilidade do percentual outorgável, os quais devem ser discutidos na câmara técnica, para sanarem as dúvidas se é necessária uma resolução do CNRH para esta finalidade, ou como motivar os estados a fazerem a outorga sazonal, pois muitos não possuem recursos ou pessoal disponível para desenvolver sistemas para aplicação da ferramenta. Como encaminhamento os membros decidiram que o assunto será tratado na pauta das próximas reuniões da CTPOAR, e para um maior nivelamento sobre o tema, serão convidados os palestrantes sugeridos pelos membros. [Item 5 – Discussão sobre “outorga e alocação de água em bacias críticas”](#): com o adiantar do horário, o tema ficou para ser discutido em uma reunião futura. [Item 6 - Assuntos Gerais / Encerramento](#): Os membros decidiram como data provável para a próxima reunião os dias 28 e 29 de setembro, com a pauta para a proposta de resolução de usos considerados insignificantes e sobre a Deliberação Nº 51/2015 do CBH-Verde Grande, que propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos insignificantes para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos. Em outubro está prevista a última reunião do ano, para os dias 21 e 22, com a outorga sazonal e outorga e alocação de água em bacias críticas como pauta. Ao final da tarde do dia 19 de agosto de 2015, a presidente da CTPOAR, Sra. Ellen Pantoja, agradeceu a presença e colaboração de todos, encerrando a 106ª Reunião desta câmara.

Ata aprovada na 107ª reunião, realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2015.

Ellen Kenia Pantoja
Presidente da CTPOAR

Anderson Felipe de Medeiros Bezerra
Relatora da CTPOAR